

Apresentação

Nilson Araújo de Souza*

A Revista IMEA-UNILA, agora em sua segunda edição, publica, além dos artigos de chamada, um dossiê com artigos de pesquisadores convidados, como, de resto, deve ser a regra da publicação. O tema deste dossiê é integração contemporânea da América Latina. Os artigos que o compõem concentram-se, basicamente, na análise das transformações ocorridas no processo de integração latino-americana a partir da emergência, a partir do início da década passada, dos governos progressistas ou de esquerda que assumiram em vários países da região. Essas transformações implicaram não apenas mudar a face de blocos regionais anteriores, como o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, como também a criação de novos blocos, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Seu exame acurado pelos pesquisadores revela que, a partir delas, se abrem novos desafios para o processo de integração regional.

A adoção na região das políticas neoliberais do Consenso de Washington acarretou sérios problemas econômicos e sociais, engendrando um movimento de contestação social e política que resultou na mudança de governos em vários países. Assumiram o governo correntes políticas que haviam contestado a onda neoliberal. É nesse contexto, na virada da década de 1990 para a de 2000, que nasce uma nova onda integracionista na região. O momento decisivo, que abriu um novo processo de integração regional, foi o fracasso do projeto estadunidense de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O primeiro desafio desse novo processo está relacionado com sua abrangência territorial. Existem vários projetos de integração sub-regional em andamento na região. Além de blocos já existentes, como o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN), destaca-se a criação de dois novos blocos: a UNASUL e a ALBA. Essas experiências são fundamentais para ir construindo a aproximação entre os países com maior identidade. Mas esse processo pode servir de patamar para alavancar a construção de um projeto que englobe o conjunto da região. Os primeiros passos nesse sentido já foram dados, com a constituição da CELAC.

O artigo de Pedro Silva Barros e Felipe S. Ramos, ambos da missão do IPEA na Venezuela, intitulado “O novo mapa da integração latino-americana: balanço e perspectiva da estratégia da política externa brasileira para a região (2003-2013)”, analisa esse processo de ampliação

da abrangência territorial da integração regional, partindo da reorganização do MERCOSUL, passando pela consolidação da UNASUL até chegar à criação da CELAC. Para os autores, não se trata de espaços regionais concorrentes, mas, formando “círculos concêntricos de integração”, cumprem funções complementares:

Se ainda não se apresentam desenhos institucionais totalmente consolidados, ou por atravessarem fase de mudanças de paradigmas, como o Mercosul, ou pelo pouco tempo de existência, como a Unasul e a Celac, esses blocos não são (ou não precisam ser) sobreposições de esforços, mas podem se configurar como campos distintos para levar a cabo diferentes processos da coordenação política regional. Nesse sentido, o Mercosul se configura como o espaço mais adequado para a integração produtiva e promoção da cidadania regional; a Unasul para a integração da infraestrutura e cooperação em segurança e outras áreas temáticas e a Celac se constitui no espaço privilegiado do discurso latino-americano e da coordenação da resistência à política das potências.

Faz parte desse desafio da abrangência territorial o processo de integração caribenha e sua relação com a integração latino-americana. Isto porque, até há pouco tempo, o Caribe ou os Caribes eram colônias de potências europeias e, quando conquistaram a independência, procuraram um processo de integração próprio. O professor Juan Agullo, da UNILA, analisa esse processo. Para ele,

los proyectos de integración caribeños surgieron como propuestas de administración colonial coordinada. Sin embargo, terminaron convirtiéndose en apuestas endógenas por un desarrollo no necesariamente asociado al comercio y por una inserción lo menos desventajosa posible a los mercados mundiales.

Atualmente, apesar de contarem com “una de las apuestas integracionistas más avanzadas del mundo”, os Caribes têm sido fraturados por acordos bilaterais com os Estados Unidos. Iniciativas da Venezuela, por meio da Petrocaribe e da Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA), têm, no entanto, procurado conectar a integração caribenha com o processo de integração latino-americana:

PetroCaribe es una empresa multilateral promovida en 2005 por Venezuela. Actualmente forman parte de ella 16 países de la Cuenca

*Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso Sul, professor do Programa Professor Visitante Sênior CAPES-UNILA, doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, com pós-doutoramento na USP.

del Caribe (10 de ellos pertenecen a la CARICOM). Formalmente, se trata de una plataforma que permite la cooperación en materia energética entre los países no productores de petróleo del área y la citada Venezuela, que es un gran productor internacional. En principio, lo que el citado país recibe a cambio de los hasta 185 mil barriles diarios que proporciona a cada uno de sus socios, a precios inferiores a los de mercado, son bienes y servicios de su interés. Los intereses de Caracas en el Caribe son, sin embargo, claramente geopolíticos: se trata de ganar influencia a cambio de apoyos políticos al proyecto socialista impulsado por Hugo Chávez. PetroCaribe, además, no es la única iniciativa venezolana en una región considerada estratégica por Caracas: por una parte están movimientos políticos como la petición formal, en 2008, de entrar a formar parte de la OECO; por otro lado, el fomento de un organismo atípico, como la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), de la que forman parte cuatro países caribeños (tres de los cuales son miembros de la CARICOM).

Esse novo momento que vive o processo de integração latino-americana e caribenha culminou na criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC, durante a “Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe”, realizada em fevereiro de 2010, em Riviera Maya, México. Para essa Cúpula, convergiram dois processos de aproximação dos países da região: a XXI Cúpula do Grupo do Rio, de natureza política, e a II Cúpula da América Latina e Caribe - CALC, que trata de integração e desenvolvimento.

Esse é um momento estratégico dentro do novo momento que atravessa o processo de integração latino-americana e caribenha. Em primeiro lugar, porque é a primeira vez, desde que se iniciaram as negociações para criação da ALCA, que se reúnem os 33 Chefes de Estado e de Governo latino-americanos e caribenhos sem a presença dos Estados Unidos e Canadá, e com a presença de Cuba, para discutir o processo de integração regional. Lembrese de que, durante as negociações da ALCA, o governo dos EUA exigiu a exclusão de Cuba; por sua vez, a OEA – mecanismo político que reúne o conjunto das Américas – havia decidido, por imposição dos Estados Unidos, realizar o bloqueio econômico à Ilha. Segundo, porque, em oposição clara aos interesses do governo e das corporações estadunidenses, que queriam criar a ALCA, decidiu-se constituir um bloco regional apenas dos países latino-americanos e caribenhos. Terceiro, é a iniciativa de integração mais abrangente de toda a história da integração latino-americana; a ALALC e a ALADI nunca chegaram a abranger todos os países da região. Por último, a Cúpula inaugurou o retorno do México à discussão da integração latino-americana; esse país, como se sabe, há quase duas décadas, por meio do NAFTA[1], participa de um processo de integração com os Estados Unidos e o Canadá.

Para marcar esse retorno, de forma simbólica, a Cúpula realizou-se no México.

A criação da CELAC pode significar, simbolicamente, o distanciamento da América Latina em relação ao pan-americanismo e seu retorno ao latino-americanismo, que, em alguns momentos, chegou a ser implementado na região, mas nunca conseguiu consolidar-se. Isso não significa que, desta vez, esse processo se consolidará, até porque, diante do fracasso da proposta de formação da ALCA, substituída pelos governantes latino-americanos por projetos como os da UNASUL e da ALBA e agora o da CELAC, o governo dos EUA tem procurado dividir o movimento integracionista mediante a oferta de acordos comerciais bilaterais com determinados países da região ou patrocinando outros acordos regionais, como a Aliança Pacífico.

O segundo desafio diz respeito à ênfase no que poderia chamar-se de visão “comercialista” que tem predominado em processos de integração como o MERCOSUL e a CAN. Apesar de terem aprovado a união aduaneira, esses blocos têm funcionado basicamente como área de livre comércio dentro do regionalismo aberto. Enquanto tal, privilegia-se a competição, no lugar da cooperação. O resultado é que, na competição, fortalecem-se as empresas mais fortes sediadas nos países mais fortes, em detrimento das empresas mais frágeis dos países mais frágeis. Esse processo pode levar à desintegração, ao invés da integração, à medida que, ao destruir ou debilitar as economias mais débeis, reduz sua capacidade de compra e, conseqüentemente, as possibilidades de intercâmbio intra-regional.

O caminho alternativo seria retomar o ideário que privilegia a integração produtiva e infra-estrutural por meio da cooperação em projetos de interesse comum. A ALBA, por sua proposta, acordos e práticas, recolheu de maneira mais profunda esse ideário da cooperação. A UNASUL, apesar de, nas discussões iniciais, ter estado sob a influência da visão “comercialista”, terminou, nos acordos firmados, privilegiando outras formas de integração, tais como a integração infra-estrutural (destacando-se a energética), política, social e cultural.

Ainda que não seja o tema central do artigo de Raphael Padula, da UFRJ, intitulado “A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional na América do Sul”, ele indica que, com a emergência dos novos governos na América do Sul, retomou-se no MERCOSUL, ainda que timidamente,

a visão presente na Declaração de Iguazu em 1985 e no Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) de 1986, firmados pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, sobre uma proposta de cooperação e desenvolvimento regional que foi a semente do Mercosul, posteriormente abandonada pelos presidentes Fernando Collor (Brasil) e Carlos Menem (Argentina) nos anos 1990, quando firmaram o Tratado de Assunção.

Essa retomada se manifestou na

criação do Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2006, [que] começa a tratar do combate às assimetrias, e o Programa de Integração Produtiva (PIP), criado em 2008, [que] busca contribuir para o fortalecimento da complementaridade produtiva da região e especialmente das cadeias produtivas das Pequenas e Médias Empresas regionais e das empresas dos países de menor tamanho relativo da região.

O terceiro desafio está relacionado à situação de dependência externa das economias da região. A situação de dependência econômica tem caracterizado a América Latina desde a independência política, mas foi reforçada quando a divisão internacional do trabalho foi reconstruída à moda do sistema imperialista mundial, que se consolidou a partir do final do século XIX. É possível demonstrar que, nos momentos de reforço da dependência externa, prevalece na América Latina a desintegração. Por outro lado, nos momentos em que países da região chegaram a conquistar uma relativa independência econômica, puderam avançar nos projetos de integração. Ao mesmo tempo, a integração é um importante instrumento a favor da conquista da independência econômica. Na região, os países que mais avançaram nessa direção foram os países andinos que viveram processos refundacionais e retomaram um maior controle sobre seus recursos naturais, tais como a Venezuela, o Equador e a Bolívia.

No entanto, no artigo “O território das transnacionais na América do Sul e a servidão dos estados nacionais”, o investigador Pablo Villegas Nava, do Centro de Documentación e Información de Bolivia (CEDIB), demonstra que não apenas no conjunto da América do Sul, mas também nesses países andinos há uma expansão sem precedentes de concessões nas áreas de mineração e hidrocarbonetos que comprometem sua independência econômica:

Actualmente tiene lugar una expansión sin precedentes de concesiones mineras e hidrocarbúrficas de empresas transnacionales en Sudamérica que expresa su inmenso poder geopolítico y el principal carácter económico del continente; la economía primaria exportadora y la desindustrialización. Los estados nacionales incapaces de contrapesar esta economía han caído junto a sus empresas públicas bajo su influencia, a través de un complicado sistema de asociaciones.

A experiência do México, por sua vez, demonstra que, ao reforçar sua dependência nos marcos da “integração” com os EUA, a partir da criação do NAFTA, além de limitar suas possibilidades de desenvolvimento, afasta-o do processo de integração latino-americana. Segundo o pesquisador mexicano Alejandro Alvarez Béjar, em seu artigo “Integração Econômica, Mudança Estrutural e Dependência Energética do México com a América do Norte”, que concentra sua análise da integração mexicana aos EUA

no que designou de “dependência energética de México com América del Norte”,

como país con relativa dotación de recursos energéticos no renovables, esencialmente hidrocarburos, México ha tenido saldos muy preocupantes en materia de integración energética; las promesas de prosperidad asociadas al libre comercio se alejan cada día más y sólo quedan el agotamiento de recursos, los problemas ambientales y la pérdida de soberanía, así como retrocesos institucionales en sus empresas energéticas, especialmente en PEMEX

O quarto desafio tem a ver com o papel do Brasil no processo de integração regional. O processo de integração do MERCOSUL e mesmo do conjunto da América do Sul tem beneficiado, principalmente, às transnacionais e às grandes empresas instaladas no Brasil, nacionais ou estrangeiras. Isso se manifesta de três formas: a) nas relações comerciais entre os países do MERCOSUL, o Brasil tem sido sistematicamente superavitário; b) nessas relações, o Brasil tem exportado predominantemente produtos industriais[2] e importado produtos primários, reproduzindo, à escala regional, a divisão internacional do trabalho clássica; c) tem havido um importante processo de internacionalização de empresas brasileiras na região, muitas delas apoiadas financeiramente pelo Estado brasileiro, por intermédio do BNDES.

Vale ressaltar que a política adotada pelo governo Lula procurou se contrapor, em muitos aspectos, a essa assimetria. Foi assim durante as negociações sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia[3], os conflitos com a Argentina a propósito das decisões daquele país no sentido de proteger seus produtos da chamada linha branca[4], a demanda paraguaia de corrigir a defasagem de sua receita oriunda de Itaipu[5].

Os autores Pedro Silva Barros e Felipe S. Ramos analisam, no artigo já citado, essa característica do governo Lula:

É nesse contexto mais amplo que se insere a política brasileira para a região latino-americana, tomando em conta o novo ambiente externo regional acima apontado. Os dois governos de Lula buscaram aprofundar a noção de integração regional para além dos objetivos de criar economias de escala com a formação de zonas de livre comércio ou união aduaneira imperfeita (Mercosul comercial) ou a construção de corredores de exportação (IIRSA pré-Unasul). A integração passou a assumir o caráter de estratégia para a construção de uma região politicamente coordenada pelo Brasil, em parceria com outros países de maior peso político e econômico relativo e com proximidades políticas (Argentina e Venezuela), para alcançar melhores oportunidades de desenvolvimento associando-se aos vizinhos (COUTO, 2009), galgando posições no sistema político internacional. Para

afirmar sua nova posição no cenário internacional, o Brasil constituiu paulatinamente uma estratégia para a América Latina, tornando a América do Sul o eixo prioritário de sua diplomacia (GALVÃO, 2009). Dentro da ideia mais ampla de integração latino-americana, objetivo constitucional da República brasileira, a região sul-americana passa a ser promovida como espaço de ação concreta do Estado, o que já estava pautado desde o discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por sua vez, o pesquisador Andrés Rivarola, em seu artigo “Brasil, América Latina e a integração regional”, demonstra que, apesar de o “caminho da separação” - e, portanto, o aumento da “rivalidade” - haver predominando na política externa brasileira, “em paralelo, a vezes em uma posição subordinada, también há habido una ‘via de la integración’”. Para ele, essa via tem priorizado a aproximação com os demais países latino-americanos, mediante o incentivo crescente a “propuestas avanzadas de integración regional”. Ele destaca alguns momentos importantes em que prevaleceu essa linha de aproximação. Um momento inaugural ocorreu logo depois da independência:

Esta línea integradora es proseguida por el primer Ministro de Negocios Extranjeros del Brasil independiente, José Bonifacio de Andrada e Silva, quién hablara en pro de la ‘solidaridad continental’, pronunciándose por un “un proyecto de defensa mancomunada y libre comercio de las soberanías de América”

Um segundo momento ocorre quando, no começo do século XX, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Barão do Rio Branco, propõe a constituição do Pacto ABC, o qual, a partir da aproximação entre Argentina, Brasil e Chile, ensejaria a integração do conjunto da América do Sul. O governo de Getúlio Vargas retoma em vários momentos a questão da integração regional. Em um deles, teve uma ação decisiva para preservar a CEPAL diante do intento estadunidense de extingui-la:

Esto requería intervención al más alto nivel de gobierno, dado que significaba una confrontación directa con los EE.UU. Getulio Vargas dio aquí un paso histórico, brindando su apoyo abierto, detrás del cual se alineó la mayoría de los países latinoamericanos.

Isso é retomado no governo Lula: “En este sentido, durante el gobierno de Lula, al igual que hiciera Vargas con la CEPAL, se continuó institucionalizando, e incluso desarrollando, el marco geográfico y nacional que se le ha dado al espacio Latinoamericano”.

O quinto desafio consiste em o processo de integração deixar de ser um projeto apenas dos governos nacionais e das respectivas burguesias para ser um projeto que efetivamente beneficie aos povos latino-americanos. Aliás, para se transformar num projeto estratégico e estrutural dos

Estados, independente do governante de turno, é imprescindível que se transforme num projeto dos povos. Para isso, no entanto, é importante que os povos da região sejam partícipes não apenas dos benefícios, mas também das decisões que envolvam o processo. Isso implicaria uma transformação estrutural: em lugar de privilegiar as grandes empresas instaladas ou não na região, priorizar o benefício dos povos.

No fundamental, os processos de integração na região ainda não beneficiaram os povos da região. Mas avanços sociais já ocorreram. No contexto da ALBA, por exemplo, a partir dos acordos realizados, erradicou-se o analfabetismo na Venezuela, Equador e Bolívia, recorrendo a educadores cubanos, e adotaram-se importantes programas de saúde, também com base nos médicos cubanos. Com a denominação inicial de Alternativa Bolivariana para as Américas (em oposição à ALCA), transformou-se em outubro de 2009, por ocasião da VII Cúpula da ALBA, realizada em Cochabamba, Bolívia, em Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América. Há seis princípios fundamentais na formulação da ALBA: complementaridade, cooperação, solidariedade, respeito à soberania dos países, justiça e equidade. Ou seja, o objetivo é promover a integração por meio da cooperação, e não da competição. Por outro lado, o objetivo não é apenas viabilizar o desenvolvimento econômico, mas igualmente o desenvolvimento social, político e cultural

Na VII Cúpula, aprovou-se um ambicioso programa de integração, que vai desde a instituição de um Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos (SU-CRE) até a criação de empresas e projetos “grannacionais” nas áreas de energia, ferro, aço, prospecção geológica, mineração, metalurgia, alumínio, processamento de alimentos, turismo, alfabetização, pós-alfabetização, saúde, trabalho, habitação, cultura e esporte.

Por outro lado, em seu artigo “Integração regional e inclusão social: os itinerários do MERCOSUL”, os pesquisadores da UDELAR e do Instituto Social do MERCOSUL Christian Adel Mirza e Mariano Nascone analisam a incorporação da “dimensão social” nesse bloco a partir das transformações empreendidas pelos novos governos progressistas. Dizem eles que, com os novos governos, surgiu

una Dimensión Social del MERCOSUR, que, sin previos antecedentes, recorrió un camino de acumulación conceptual e institucional a lo largo de la primera década del siglo XXI llegando a la aprobación del Plan Estratégico de Acción Social (...). Sin embargo, aún persisten desafíos para su consolidación en una institucionalidad que no fue diseñada para albergarla, permaneciendo una estructura de carácter híbrida donde en materia de políticas sociales conviven elementos residuales con un nuevo abordaje de las manifestaciones de la cuestión social que irrumpe pero no logra consolidarse.

Ao mesmo tempo, a ação desses governos teria promovido a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em geral e,

em particular, dos que vivem em situação de vulnerabilidade social. Isso se deu a partir do “reconocimiento de los ciudadanos como sujetos de derechos” e de que

el incremento del Gasto Público Social y la universalidad como meta de las políticas de inclusión social son pilares sustantivos de este cambio de orientación política en los sistemas de protección y promoción social en la Región. De este modo, la cuestión social vuelve a ocupar un espacio jerarquizado en las agendas públicas de los gobernantes.

Mas as organizações sociais representadas nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL, que se realizam semestralmente ao mesmo tempo que as Cúpulas Presidenciais do bloco, vêm sistematicamente reclamando que a agenda social e o PEAS, apesar de formalizados, carecem de implementação prática. Além disso, segundo Mirza e Nascone, a esses esforços no sentido de “redução da pobreza”, dever-se-ia agregar a necessidade de

un progreso en dirección a la equidad y a la distribución más igualitaria del ingreso y la riqueza si se adicionan a los planes de abordaje de la exclusión y vulnerabilidad social políticas públicas específicamente comprometidas con el combate a la acumulación desproporcionada, obscena y antidemocrática de la renta por parte de unos pocos en detrimento de unos muchos.

Essa timidez no desenvolvimento da “dimensão social” do MERCOSUL, assim como na integração produtiva examinada antes, decorre, sobretudo, da resistência do grande empresariado sediado no Brasil, seja nacional ou estrangeiro, que compreende o processo de integração regional apenas como meio para desaguar suas mercadorias ou, em alguns casos, seus capitais. A transformação econômica e social do MERCOSUL está na dependência, portanto, do protagonismo dos movimentos populares. As Cúpulas Sociais do MERCOSUL, chamadas a cumprir esse papel, ainda têm um desempenho limitado, porque, além de padecerem de problemas de representatividade, limitam-se às reuniões periódicas (semestrais), não expressando uma atuação mais permanente a favor da integração. Assim, elas conseguem extrair dos governos a criação do PEAS, mas têm dificuldades em garantir sua implementação.

O sexto desafio diz respeito à mobilidade de trabalhadores. As organizações sociais têm apresentado, durante as Cúpulas, a reclamação de que, enquanto ao interior do MERCOSUL é legitimada a mobilidade de capitais, tanto sob a forma de internacionalização de empresas instaladas na região quanto sob a forma de correntes de comércio, o mesmo não ocorre com a mobilidade de força de trabalho. Isso se manifesta, sobretudo, na carência de legislação de proteção do trabalho do migrante.

A pesquisadora da UBA, professora Susana Novick, em seu artigo “As migrações na América Latina: um fator chave para a integração regional. Avanços na legislação da Argentina, Bolívia e Uruguai”, que estuda a vinculação

entre a temática migratória e o processo de integração regional no Cone Sul, no contexto internacional da crise do capitalismo central, analisa, nesse contexto, “las recientes normas migratorias de Argentina (2004), Bolívia (2013) y Uruguai (2008), y sus avances en relación con los derechos y protección de los migrantes”. Demonstra que, apesar de incipientes, essas normas de proteção aos migrantes vêm se aprofundando em alguns países da região:

Una mirada global y regional nos muestra un proceso lento - y no exento de contradicciones - pero ascendente en la consideración de las migraciones como un elemento crucial para la realización efectiva de la integración. En efecto, las normas analizadas revelan la influencia del proceso de integración, en algún sentido “desnacionalizando” las políticas migratorias de cada país, así como una desterritorialización del concepto de ciudadanía. Y los avances en relación con el reconocimiento y protección de derechos de los migrantes que en cada una de las leyes se observa no habría sido posible sin el contexto propicio de la unión e integración regional.

A integração latino-americana defronta-se, mais recentemente, com o desafio de resolver adequadamente a fratura representada pelo surgimento da Aliança Pacífico, que reúne o México, a Colômbia, o Chile e o Peru, ou seja, os países latino-americanos da orla do Pacífico que têm acordos bilaterais com os EUA. No artigo “Olhando para o futuro: América do Sul, integração, partição ou convergência?”, o pesquisador argentino Sergio Cesarin, que analisa “durante la última década fracturas autogeneradas, fricciones inducidas por actores extra regionales”, chega à conclusão de que o complexo e controverso surgimento da Aliança Pacífico, ainda que expresse os interesses de “atores extra regionais”, particularmente dos EUA, reflete, sobretudo, a necessidade de acesso aos mercados do Pacífico, principalmente o da China, por parte desses países. Assim, segundo Cesarin,

Sean cuales fueren los motivos, las economías del Pacífico tienen sobrados argumentos para afianzar su estrategia. China es el segundo socio comercial y primer destino de exportaciones peruanas en Asia y ambos países han firmado un Tratado de Libre Comercio (TLC), el cual también facilita el ingreso y egreso de bienes y servicios. Colombia reviste importancia para el despliegue de intereses estadounidenses y chinos en América del Sur, por su “proyección bioceánica” y como productora de minerales y petróleo; Ecuador brinda facilidades para acceder a recursos petrolíferos y alternativas portuarias. Chile y China se encuentran conectadas a través de un Tratado de Libre Comercio (TLCs), acuerdo que refuerza el perfil de Chile como “plataforma” para la entrada y salida de productos originarios o con destino final

la costa oeste estadounidense y/o los mercados asiáticos.

Nesse sentido, propugna que, “en este contexto, se hace necesario reafirmar una visión ‘integradora e integracionista’ suramericana”, que suponha o diálogo e, portanto, a “convergência dialética” entre esse bloco e os demais processos de integração da região.

A análise de Raphael Padula, no artigo já citado, demonstra, ao contrário, que, apesar do interesse dos países da Aliança Pacífico em buscar os mercados da Ásia, esse bloco responde, sobretudo, aos interesses das grandes potências e, particularmente, das suas transnacionais, sobretudo dos EUA:

Assim, a Aliança do Pacífico é um instrumento da disputa expansiva por influência política e econômica de grandes potências e de suas grandes corporações transnacionais na região, possibilitando assim maior influência de potências externas, e maior fraqueza política e vulnerabilidade aos países da região.

Ademais, a Aliança Pacífico faz parte de um projeto estratégico dos EUA, a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês):

O mais importante é salientar que a TPP serve como um instrumento para a projeção de poder estadunidense, tentando conter a projeção da China na América do Sul e na (medida do possível na) Bacia do Pacífico - conformando uma nova ordem geoeconômica no Arco do Pacífico.

Nesse sentido, enseja a fragmentação da região, em lugar da integração:

A geopolítica do Pacífico representa um enorme desafio à consolidação de um projeto regional coeso envolvendo todos os países sul-americanos. A iniciativa da Aliança do Pacífico, criada pelos países do Arco do Pacífico sul-americano junto com o México, leva a uma fragmentação entre projetos de integração regional na América do Sul, ao promover uma integração aberta e principalmente conveniente ao interesse dos EUA na região, e posteriormente das demais potências do Pacífico

Padula assim resume sua análise sobre a Aliança do Pacífico:

1) é um projeto gerado a partir da concepção do regionalismo aberto promovido por economias neoliberais da região, que promove a fragmentação da integração, e mostra que o pós-neoliberalismo não está consolidado na região; 2) revela-se um projeto menor dentro do projeto mais amplo dos EUA para projetar sua influência no Pacífico e na América do Sul, no qual a TPP é o seu principal instrumento; 3)

é um projeto apoiado pelos EUA para projetar seu poder, conter a China, conter o Brasil e deslocar suas iniciativas regionais, e fazer valer os interesses estratégicos estadunidenses e de suas empresas competitivas globalmente, explorando recursos naturais e atuando em ramos de maior valor agregado e intensidade tecnológica.

Há dois importantes desafios no processo de integração latino-americana que, infelizmente, não foram cobertos por este dossiê porque os artigos solicitados não chegaram a tempo:

1) Um deles diz respeito à questão cultural. Há muitas identidades culturais entre os povos da região, a começar pelas expressões linguísticas de raiz latina, mas a diversidade cultural tem um peso significativo. O grande desafio consiste em realizar a integração cultural sem submeter uma cultura a outra ou sem borrar a diferença, mas preservando, como elemento criativo, a rica diversidade de culturas que caracteriza os povos latino-americanos. Para isso, é importante que cada povo ou etnia, ao mesmo tempo que valorize sua cultura, conheça e valorize a cultura do “outro”, que simultaneamente é parte do “nós”.

2) Um outro desafio está relacionado ao financiamento da integração. Isso significa elaborar uma nova arquitetura financeira para a região. Vários mecanismos já foram elaborados, alguns dos quais já começaram a funcionar, ainda que de forma incipiente. As ações vão desde a constituição de instituições de crédito de longo prazo, como o Banco do Sul, passando pela criação de instrumentos que possibilitem a compensação dos fluxos de comércio, como o Sistema Único de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE) da ALBA, até a constituição de fundos destinados a fomentar o enfrentamento das assimetrias, como o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

Notas

[1] Sigla em inglês para Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

[2] Aliás, os países do MERCOSUL constituem o principal mercado para produtos industriais oriundos do Brasil.

[3] Quando o Presidente Lula, depois de reconhecer que a Bolívia tinha direito de defender seus recursos naturais, autorizou a Petrobras a negociar.

[4] O governo brasileiro, depois de reconhecer o direito da Argentina de elevar as tarifas de importação para proteger sua indústria, chegou a um acordo com aquele país visando a atualização tecnológica dos setores defasados.

[5] Nas negociações, o governo brasileiro concordou em multiplicar por três a receita paraguaia; ainda que insuficiente, é uma situação mais favorável que a anterior.